

DIREITO
V.10 • N.2 • Publicação Contínua - 2025
ISSN Digital: 2316-381X
ISSN Impresso: 2316-3321
DOI: 10.17564/2316-381X.2025v10n2p198-211



CASAMENTO E SOCIEDADE EM SERGIPE NOS ANOS 1930: ENTRE DIREITO, EDUCAÇÃO E VALORES SOCIAIS

MARRIAGE AND SOCIETY IN SERGIPE IN THE 1930S: BETWEEN
LAW, EDUCATION, AND SOCIAL VALUES

MATRIMONIO Y SOCIEDAD EN SERGIPE EN LOS AÑOS 1930: ENTRE
DERECHO, EDUCACIÓN Y VALORES SOCIALES

Cristiano de Jesus Ferronato¹
Heidy Taiane Rocha Santos²

RESUMO

Este artigo investiga a visão da sociedade sergipana sobre o casamento na década de 1930, com ênfase nas influências jurídicas, religiosas e sociais. O objetivo principal é analisar a compreensão do casamento no período, especialmente no que se refere ao divórcio, levando em consideração a posição da Igreja Católica, as implicações do Código Civil de 1916 e as tendências sociais e opiniões dispostas nos jornais analisados. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com base em análise documental e estudo de caso do filme “A Divorciada”. As fontes documentais incluem jornais de circulação local, como “Jornal de Notícias” e “A Tribuna”, e a revista “Renovação”, que refletem as discussões sociais e jurídicas do período. A análise do filme “A Divorciada” serve como um estudo de caso sobre as representações culturais e as tensões sociais em torno do divórcio e dos papéis de gênero na década de 1930. A pesquisa se fundamenta nas contribuições teóricas da História das Mulheres, com base nos estudos de Michelle Perrot (2019) e Mary Del Priore (2014), que oferecem um referencial crítico para entender o contexto histórico das mulheres e suas relações com o direito e as transformações sociais. A principal contribuição deste artigo para o campo da História das Mulheres e dos estudos de gênero reside na reinterpretação do divórcio como uma resposta necessária às mudanças sociais da época. O estudo destaca a importância da solidariedade social na validação desses direitos, refletindo as complexas interações entre o direito, a cultura e as questões de gênero no Brasil da década de 1930.

PALAVRAS-CHAVE

Imprensa; Casamento; Divórcio; Direito; Cinema; Emancipação;

ABSTRACT

This article investigates the Sergipe society's view of marriage in the 1930s, with an emphasis on legal, religious, and social influences. The main objective is to analyze the understanding of marriage during the period, particularly regarding divorce, considering the position of the Catholic Church, the implications of the 1916 Civil Code, and the social trends and opinions expressed in the newspapers analyzed. The research adopts a qualitative approach, based on document analysis and a case study of the film "*A Divorciada*". The documentary sources include locally circulated newspapers such as *Jornal de Notícias* and *A Tribuna*, as well as the magazine *Renovação*, which reflect the social and legal discussions of the period. The analysis of the film "*A Divorciada*" serves as a case study on cultural representations and social tensions surrounding divorce and gender roles in the 1930s. The research is grounded in the theoretical contributions of Women's History, based on the works of Michelle Perrot (2019) and Mary Del Priore (2014), which provide a critical framework for understanding the historical context of women and their relationships with law and social transformations. The primary contribution of this article to the field of Women's History and gender studies lies in the reinterpretation of divorce as a necessary response to the social changes of the time. The study highlights the importance of social solidarity in validating these rights, reflecting the complex interactions between law, culture, and gender issues in 1930s Brazil.

KEYWORDS

Press; Marriage; Divorce; Law; Cinema; Emancipation.

RESUMEN

Este artículo investiga la visión de la sociedad del estado de Sergipe sobre el matrimonio en la década de 1930, con énfasis en las influencias jurídicas, religiosas y sociales. El objetivo principal es analizar la comprensión del matrimonio en el período, especialmente en lo que respecta al divorcio, considerando la posición de la Iglesia Católica, las implicaciones del Código Civil de 1916 y las tendencias sociales y opiniones expresadas en los periódicos analizados. La investigación utiliza un enfoque cualitativo, basado en análisis documental y un estudio de caso de la película "*A Divorciada*". Las fuentes documentales incluyen periódicos de circulación local, como *Jornal de Notícias* y *A Tribuna*, así como la revista *Renovação*, que reflejan las discusiones sociales y jurídicas del período. El análisis de la película "*A Divorciada*" sirve como un estudio de caso sobre las representaciones culturales y las tensiones sociales en torno al divorcio y los roles de género en la década de 1930. La investigación se fundamenta en las contribuciones teóricas de la Historia de las Mujeres, basándose en los estudios de Michelle Perrot

(2019) y Mary Del Priore (2014), que ofrecen un marco crítico para comprender el contexto histórico de las mujeres y sus relaciones con el derecho y las transformaciones sociales. La principal contribución de este artículo al campo de la Historia de las Mujeres y los estudios de género radica en la reinterpretación del divorcio como una respuesta necesaria a los cambios sociales de la época. El estudio destaca la importancia de la solidaridad social en la validación de estos derechos, reflejando las complejas interacciones entre el derecho, la cultura y las cuestiones de género en el Brasil de la década de 1930.

PALABRAS CLAVE

Prensa; Matrimonio; Divorcio; Derecho; Cine; Emancipación.

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, a família se configura como a mais importante instituição social. As leis e decisões judiciais atuais, como o Código Civil e a Constituição Federal, a definem como um grupo de pessoas unidas por laços de parentesco (seja por sangue ou por afinidade), casamento ou união estável.

O conceito de família, como aponta Mary Del Priore (2014), expandiu-se para além dos modelos tradicionais. Atualmente, a família pode ser monoparental, recomposta, constituída por casais mistos (casados ou não), homoafetivos, com filhos de diferentes relacionamentos, adotivos ou “fabricados”, refletindo a complexidade e a diversidade das relações sociais contemporâneas.

O Art. 1.511 do Código Civil de 2002 define o casamento como uma instituição destinada a estabelecer uma comunhão plena de vida entre os cônjuges, com base na igualdade de direitos e deveres.

A Constituição de 1988 representou uma mudança de paradigma na forma como o casamento é encarado. Se antes prevalecia a visão institucionalista, com ênfase nos aspectos legais e sociais, a nova Carta Magna trouxe uma perspectiva instrumentalista, centrada na afetividade e na felicidade dos cônjuges. Essa mudança é refletida nos princípios da pluralidade das entidades familiares (art. 226, caput, CF), da igualdade entre as pessoas (art. 5º, caput e inciso I, CF) e da isonomia entre os filhos (art. 227, § 6º, CF) (BRASIL, 1988).

Com o objetivo de analisar a visão da sociedade sergipana sobre o casamento na década de 1930, o presente trabalho, de caráter qualitativo e documental, realiza uma pesquisa em jornais de circulação local, como o *Jornal de Notícias* e *A Tribuna*, que começaram a circular em Sergipe em 1931, com registros disponíveis até 1933. Além disso, o estudo inclui uma análise da revista *Renovação* (1931-1934), com cópias que foram gentilmente cedidos pela Professora Dra. Anamaria Bueno durante a pandemia de COVID-19. Também será examinado como o filme *A Divorciada* aborda a temática do divórcio, buscando compreender a forma como a sociedade sergipana da década de 1930 interpretava o casamento e o divórcio.

Ainda no que se refere às fontes estão disponíveis no banco de fontes do grupo de pesquisa do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste – (GPHEN/UNIT/CNPq). Como referencial teórico, foi utilizado para subsidiar a pesquisa no campo da História das Mulheres os estudos de Michelle Perrot (2019) e Mary Del Priore (2014). Para ilustrar o debate sobre casamento e divórcio ainda foi utilizado o filme “A Divorciada”, que foi exibido no Cine Rio Branco na cidade de Aracaju nos anos 1930.

A partir da análise dos documentos investigados, foi possível ter uma visão aproximada sobre uma época em que as mulheres eram vistas sob a ótica e imaginário masculinos e, em Sergipe, a atuação de Maria Rita Soares de Andrade, editora da revista Renovação, advogada, professora e sufragista, que visou efetivar um direito individual e destacou a educação como um instrumento libertador do confinamento do lar doméstico e que tem capacidade de levar as mulheres para posições de poder, ocupadas tradicionalmente por homens.

2 A REPRESENTAÇÃO DO CASAMENTO NA IMPRENSA SERGIPANA DOS ANOS 1930

A imprensa, para além de sua função informativa, molda ativamente a realidade social. Ao selecionar e destacar certas notícias, ela define os temas que serão objeto de diálogo público. Nos jornais impressos analisados para essa pesquisa, percebe-se que apesar do conteúdo político predominantemente masculino, a figura da mulher como leitora era considerada, mesmo com os editores sendo homens.

O periódico *Jornal de Notícias* fundado em 1930, por Francisco de Araújo Macedo e dirigido por Virgínio de Santana, tinha Alberto Rollemberg na posição de gerente e Teonas Pereira como secretário. A redação, administração e oficinas encontrava-se situadas na Rua João Pessoa, nº 18 na cidade de Aracaju. O jornal era impresso em quatro páginas, a primeira era formada por notícias locais e do mundo, bem como telegramas, e disponibilizava a segunda, terceira e quarta páginas para propagandas que se organizavam entre as notícias.

Já “A Tribuna”, foi criado em 1931, dirigido por Humberto Dantas e sua redação estava instalada na Avenida Ivo do Prado, nº 83. O jornal era impresso em quatro páginas, sendo a primeira organizada com notícias de ordem política e econômica local e de outros lugares do Brasil, especialmente, da capital Rio de Janeiro e a direção sempre se posicionava nesse espaço. As propagandas estavam em maior evidência na segunda e terceira páginas, enquanto as demais notícias da sociedade, dos mais variados temas, estavam dispostas na última página.

Os dois jornais mencionados tinham como editor um homem, o que refletia, de certa forma, o posicionamento masculino sobre vários temas em suas exposições. Essa dinâmica, no contexto da época, era um reflexo de uma sociedade predominantemente patriarcal, que moldava as pautas e narrativas de acordo com a visão masculina. Por outro lado, a revista Renovação se destacou por ser editada por uma mulher, um marco significativo, pois a escrita, durante muito tempo, foi uma prática limitada às mulheres no âmbito privado.

A presença feminina na imprensa, embora inicial, começou a ganhar força no século XVIII, com a criação de periódicos que, embora especializados em moda, receitas de cozinha e relatos de viagens,

traziam também um forte desejo de emancipação. No caso de Sergipe, a revista Renovação foi um importante incentivo para o feminismo, contribuindo para a promoção da educação e do trabalho das mulheres, áreas nas quais as mulheres começaram a se afirmar, apesar das barreiras sociais e culturais.

Os jornais analisados disponibilizavam a última página de cada edição para temas como aniversários, falecidos e casamentos. As notícias referentes aos enlaces matrimoniais em sua maioria informavam data e local, tanto da celebração religiosa católica, como, também, da comemoração.

A imprensa, naquele contexto, era utilizada como uma ferramenta de propaganda do Estado, divulgando o projeto ideológico por meio de “relatos de manifestações de civis, propagandas nacionalistas, discursos fervorosos do presidente Getúlio Vargas e do interventor estadual” (Silva, 2016, p.88). O programa radiofônico “A Voz do Brasil”, criado em 1935, era um importante instrumento de divulgação das ações do governo. Os impressos, por sua vez, circulavam em diversos espaços sociais, como trens e praças, e, mesmo com o analfabetismo, cumpriam o papel de disseminar o nacionalismo e o culto à pátria.

Um projeto de nacionalismo bem-sucedido ocorre quando as pessoas de um determinado país criam relações de sentidos com os discursos de nacionalidade emanados pelas diversas esferas que compõem a conjuntura política em questão. É imprescindível que se crie um ideal de nação pela qual se identifique a sua comunidade. (Silva, 2016, p.89).

Em um cenário de redações masculinas, Maria Rita Soares de Andrade emerge como uma figura singular. Advogada, professora e feminista, ela dirigiu a revista Renovação, demonstrando que a presença feminina era possível e relevante. Sua formação educacional, com estudos no Grupo Escolar “General Siqueira de Menezes” e no Colégio Atheneu Sergipense, ilustra como a educação era utilizada como instrumento de propagação ideológica, especialmente no contexto da “Era Vargas”, conforme destaca Silva (2016, p. 89): “pensar o ideal de nação no Brasil após 1930 com a chamada ‘Era Vargas’ é pensar um novo projeto de nacionalidade”.

Ana Maria Gonçalves Bueno de Freitas, em sua pesquisa sobre Maria Rita Soares de Andrade, detalha a formação educacional da autora no Grupo Escolar. O currículo escolar da época, como aponta a pesquisadora, era composto por diversas disciplinas, como leitura, escrita, caligrafia, instrução moral e cívica, lições de coisas, português, aritmética, desenho, geografia do Brasil, história do Brasil, ginástica, trabalhos manuais e canto. No entanto, o ensino de línguas estrangeiras, instrumentos musicais e religião não integravam a formação de Maria Rita (Freitas, 2003, p. 113).

Em um contexto de valorização da educação como ferramenta de transformação social, Maria Rita Soares de Andrade defendia que a educação era uma conquista da Revolução de 1930 e que a igualdade de gênero na educação era fundamental para o desenvolvimento do país. Seu posicionamento em defesa da educação igualitária foi expresso na página 1 da edição nº 10 da revista Renovação, em 1931.

No editorial, “Crime de lesa-pátria” (n. 10,1931), Maria Rita, denuncia a situação de descaso no tocante a educação brasileira. Comenta que a Revolução foi realizada com a participação dos analfabetos. Reclama a educação para o povo, homens e mulheres. Ressalta

que a promessa dos revolucionários não está sendo cumprida por conta das lutas partidárias. (Freitas, 2001, p. 10).

Maria Rita Soares de Andrade defendia que a emancipação feminina passava pelo exercício de direitos civis e políticos, como o voto, a elegibilidade e a autonomia em relação aos bens e ao casamento (Freitas, 2001, p. 6). A participação de Bertha Lutz na comissão de redação do novo Código Eleitoral, promulgado em 1932 por Getúlio Vargas, foi fundamental para garantir o direito ao voto às mulheres, um passo crucial para a conquista da cidadania feminina.

Em 1932, foi criada uma lei eleitoral que dizia que todo brasileiro alfabetizado com mais de 21 anos podia votar, sem importar se era homem ou mulher, desde que não fosse mendigo e se cadastrasse para votar. Mas, apesar de dizer que a mulher era cidadã, a lei também dizia que as mulheres de qualquer idade e os homens com mais de 60 anos não eram obrigados a votar, deixando o voto feminino como uma opção. Já para os homens entre 21 e 59 anos, o voto era obrigatório para trabalhar em cargos públicos e outras profissões que exigiam ser brasileiro.

Embora o direito ao voto feminino no Brasil tenha sido uma conquista feminina, fruto do movimento sufragista, iniciado no século XIX, que reivindicava a participação ativa das mulheres na política, concedendo a elas o direito de votarem e de serem votadas. O jornal *A Tribuna* noticiou em 11 de abril de 1933 uma nota da feminista Carmen Portinho Luiz³, em que ela relata ter encontrado em São Paulo um movimento feminino formado por mulheres eleitoras que faziam questão de exercer seu direito ao voto e na oportunidade ressaltou que devido o avanço do movimento, acreditava que a primeira mulher a participar da Constituinte seria daquele estado.

Uma nota da Liga Eleitoral Católica de Sergipe, publicada no jornal *A Tribuna* em 07 de abril de 1933 aduz que o voto era uma demanda que estava de acordo com a vida moderna da sociedade tal como a moda, a música e o cinema, conclui incentivando a participação política feminina, pautado na justificativa de que a aproximação feminina da política não a distanciaria das suas obrigações do lar.

Durante a busca pelas fontes para esta pesquisa, considerando a menção anterior sobre a mulher e suas atribuições no ambiente do lar, foram encontradas imagens que representam o modelo de família da época em um comercial de manteiga veiculadas no jornal *A Tribuna* do ano de 1933, pode-se notar que o mesmo jornal que fala sobre a liberdade de participação política feminina, reforça seu papel enquanto mãe e dona de casa, sendo esse o seu destino natural, cabendo aos homens a participação no mercado de trabalho.

Assim, por também considerar o casamento como um símbolo emancipatório, Freitas (2001) nos apresenta em sua pesquisa os espaços existentes na revista *Renovação* reservados para o tema:

O último ciclo da Revista (do número 33-39, publicados em 1934) apresenta maior espaço para seções específicas da imprensa periódica feminina, como por exemplo: uma seção de correspondência, onde as leitoras solicitam e recebem conselhos sobre casamento, organização da casa e temas de caráter sentimental; uma seção denominada: “A arte de

³ Terceira mulher a se graduar em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade do Brasil e a primeira a receber o título de urbanista.

ser mulher” onde são tratadas questões de economia doméstica, e são divulgadas receitas culinárias enviadas pelas leitoras. Nesta última seção é lançado também o “Concurso de arte e economia doméstica”, onde as concorrentes deveriam preencher um cupom (data, assinatura e pseudônimo) e enviar para a redação da publicação respondendo a questão: Como sonha o seu futuro lar?” (Freitas, 2001, p. 4),

A violência contra a mulher era um tema pouco abordado nos jornais sergipanos da década de 1930 que foram analisados, provavelmente por ser considerada uma prática socialmente aceitável, desde que “moderada”. O caso de José Bellarmino, noticiado pelo *Jornal de Notícias* em 25 de fevereiro de 1932, é uma exceção, pois relata a agressão de um marido contra sua esposa e a reação dela, que o agride com um prato no rosto.

A chamada da notícia intitulada “Casal Feliz” chama atenção pela reação da mulher já que essa prática estava dentro das regras sociais estabelecidas, mas nem sempre se poderia contar com a reação e coragem feminina.

A quantidade de mulheres que apanhavam dos maridos era imensa. Bater na mulher e nos filhos era considerado um meio normal, para o chefe de família, de ser o senhor de sua casa [...] Tal comportamento era tolerado pela vizinhança, principalmente nos casos em que as esposas tinham reputação de serem donas de casa “relaxadas”. (Perrot, 2019, p. 77).

A violência doméstica também afetava mulheres que não eram casadas, como exemplificado pela notícia de 12 de fevereiro de 1921, intitulada *Outra tragédia na capital paulista: filho, vendo o amante de sua mãe espancá-la, mata-o*. De acordo com o relato, Domingos Puglyese, um jovem descrito como de “maus costumes”, assassinou a tiros José Crocchio, amante de sua mãe, Filomena Puglyese, após testemunhar a agressão física que sua genitora sofria. Filomena, dona de uma pensão, foi brutalmente espancada por seu companheiro, o que levou Domingos a cometer o crime. O caso ilustra não apenas a violência doméstica, mas também a complexa relação de poder e controle entre os indivíduos envolvidos.

A notícia, ao retratar a defesa da honra materna, lança luz sobre a forma como a sociedade enxergava a mulher não casada e as consequências sociais que essa condição acarretava. Michelle Perrot (2019) contextualiza essa visão, explicando que a prostituição, embora presente em diversas sociedades, possui diferentes status e hierarquias, com a reprovação social variando conforme o valor dado à virgindade e à sexualidade (Perrot, 2019, p. 79).

Mulheres de origem humilde, que se dedicavam a entreter os homens com música, dança e, ocasionalmente, sexo, frequentemente exerciam a prostituição como um ofício passado de geração em geração. Perrot (2019) observa que o movimento feminista, posteriormente, se mobilizou contra a prostituição, por considerá-la uma forma de exploração feminina.

Em Aracaju, na década de 1930, Maria Rita, por meio da “Assistência Cristã Feminina”, buscava a “regeneração das decaídas” e a “educação preventiva de jovens pobres”. Para alcançar esses objetivos, a associação criou um curso prático feminino com um currículo diversificado, que incluía tantas

disciplinas consideradas “tradicionais”, como português, aritmética e geografia, quanto disciplinas mais modernas, como datilografia, taquigrafia e escrituração mercantil. O curso oferecia ainda noções de línguas estrangeiras (francês, inglês e alemão), educação moral, economia doméstica e arte culinária (Freitas, 2001, p. 14).

3 VISÃO PANORÂMICA DO INSTITUTO DO CASAMENTO: CINEMA, SOCIEDADE E CASAMENTO

A década de 1930 foi um período de grande transformação cultural, marcado pela popularização do cinema como uma forma de escapismo para o público americano durante a Grande Depressão. No Brasil, os filmes de Hollywood exerciam grande fascínio, como evidenciado pelos anúncios do filme *A Divorciada* no *Jornal de Notícias* em janeiro e fevereiro de 1932, que seria exibido no Cine Rio Branco em Aracaju.

A Divorciada/The divorcie, filme de 1930, exibido em Aracaju no Cine Rio Branco em 1932, foi escrito por Nick Grindé⁴, John Meehan e Zelda Sears, baseado no romance *Ex-Wife*, de Ursula Parrott, dirigido por Robert Z. Leonard, contou com Norma Shearer⁵ (Jerry) e Chester Morris⁶ (Ted) interpretando o casal central da trama.

O enredo começa com o casal principal, Jerry e Ted, ainda em fase de namoro, discutindo o desejo de casamento. Ted expressa preocupação devido ao seu sucesso financeiro inferior ao de Jerry, mas ela o tranquiliza, dando mais importância ao sentimento mútuo do que às condições materiais. Ao chegarem em casa, anunciam a novidade aos amigos e familiares e celebram com todos, exceto Paul (Conrad Nagel), amigo de ambos, que também nutre sentimentos por Jerry. Tomado pela raiva, Paul, após o evento, sai embriagado e dirige seu carro, causando um acidente que deixa Dorothy (Judith Wood) com o rosto deformado. Sentindo-se responsável pelo ocorrido, Paul se casa com Dorothy, enquanto Jerry e Ted celebram seu casamento.

Três anos depois, durante uma comemoração de aniversário de casamento, Jerry descobre que Ted a traiu com uma mulher presente na festa. Ted tenta justificar seu erro, alegando que foi um episódio isolado e que uma viagem de trabalho seria a melhor forma de dar tempo ao casal para refletir. Na mesma noite, Jerry decide não se entregar à tristeza e sai com Don (Robert Montgomery), melhor amigo de Ted. Os dois se relacionam, o que leva Jerry a confessar a Ted que “equilibrou as contas”, embora omita o nome de Don. Ted, furioso, reage mal e o casal decide se divorciar.

Enquanto Jerry passa a se divertir e a se envolver com outros relacionamentos, Ted sucumbe ao

⁴ Nick Grinde (12 de janeiro de 1893 - 19 de junho de 1979) foi um diretor de cinema e roteirista estadonidense. Dirigiu 57 filmes entre 1928 e 1945.

⁵ Edith Norma Shearer (Montreal, 10 de agosto de 1902 — Los Angeles, 12 de junho de 1983), foi uma das atrizes mais populares do mundo a partir de meados da década de 1920 até sua aposentadoria em 1942. Ganhou um Oscar de melhor atriz em 1930 pelo filme aqui discutido.

⁶ John Chester Brooks Morris (Nova York, 16 de fevereiro de 1901 – New Hope, 11 de setembro de 1970) foi um ator de cinema, televisão, rádio estadunidense. Ele teve alguns papéis no cinema de prestígio no início de sua carreira e foi indicado ao Oscar.

alcoolismo. Algum tempo depois, Paul e Jerry se reencontram. Paul confessa ainda a ama e está disposto a deixar Dorothy, com quem vive um casamento sem amor, para ficar com ela. Os dois passam dias juntos e começam a planejar o futuro, até que Dorothy decide procurar Jerry e confrontá-la. Durante esse encontro, Dorothy, desesperada para não perder Paul, faz com que Jerry reavalie sua decisão de se envolver com outro homem. Com o coração partido de Paul, Jerry decide procurar Ted, na esperança de ser aceita de volta.

Após semanas tentando localizar Ted em Paris, Jerry finalmente o encontra em uma festa de Ano Novo. Ela pede desculpas e revela seus sentimentos sinceros, e os dois selam um novo começo com um beijo à meia-noite, celebrando tanto o Ano Novo quanto a renovação de seu relacionamento.

Norma Shearer ganhou Oscar de melhor atriz por este filme, considerado um dos primeiros da “Era Pré-Code”, ou “Pré Código Hays”⁷ conhecidos por sua ousadia e por uma descrição honesta da vida real, as mulheres na tela geralmente levavam vidas glamorosas, eram vestidas impecavelmente da cabeça aos pés, fugiam dos ideais estereotipados da feminilidade e eram realmente autorizadas a se soltar na tela.

Embora o divórcio retratado na obra tenha sido inicialmente motivado por uma traição masculina e apresente uma mulher que foge do estereótipo vitoriano associado ao lar e à família, o tema é descrito pelo jornal que o anunciou como um “assunto já abordado em muitas comédias – comédias que vimos na tela”. O mesmo veículo destaca que, no filme, “o que realmente importa não é o motivo que inspira a obra, mas a forma como se cuida desse motivo, as conclusões que se tiram dele, seus contrastes e detalhes, sejam grandes ou pequenos” (Jornal de Notícias, janeiro de 1932). No entanto, é importante notar que, ao mesmo tempo, a figura feminina da divorciada é diretamente associada à atriz Norma Shearer, que é retratada como uma “mulher soberana e rainha da elegância”.

Fundado em princípios morais e religiosos, o casamento deveria ser, a princípio, para toda a vida até que a morte pudesse separar o casal. O divórcio nunca foi visto com bons olhos pelo Estado, provavelmente, em razão dos evidentes efeitos desagregadores. A indissolubilidade matrimonial tornou-se preceito constitucional no Brasil em 1934, e em 1937 a Carta Magna reiterou que a família era constituída pelo casamento indissolúvel sem, de fato, se referir à sua forma.

No editorial da edição n. 11 publicada no ano de 1931 da revista *Renovação*, denominado de “Feminismo e coração”, Maria Rita aduz que a ausência da instrução feminina é uma das causas da infelicidade das mulheres no casamento “nas infelicidades domésticas, Maria Rita, ressalta a falta de instrução da mulher e aceita o divórcio como paliativo moral. Cita mulheres feministas, exemplo de profissionais, e esposas dedicadas, mães extremosas” (Freitas, 2001, p. 10). No ano de 1931, Maria Rita já sustenta que uma mulher com acesso à educação e direitos políticos não põe em risco seu papel na família, opinião que em Sergipe foi exposta publicamente pela igreja católica apenas em 1933 como vimos acima com a nota da Liga Eleitoral Católica de Sergipe.

O Padre Álvaro Negromonte, representando o posicionamento da igreja católica, no jornal *A Tribuna*, em nota situada na primeira página da edição de 12 de janeiro de 1933, se posicionou afirmando

7 Surgido nos Estados Unidos nos anos de 1930, vigente até finais da década de 1960, tratava-se de um conjunto de direcionamentos pautados na moralidade que a produção cinematográfica precisou se adaptar. Sendo assim, estratégias foram desenvolvidas pelos profissionais de Hollywood para mostrar aquilo que não era possível visualizar de outra maneira.

que “o divórcio só serve para segmentar a imoralidade, e temos tanta que o nosso cuidado deve ser diminuí-la”. Del Priore (2014) analisa as consequências para essa prática, ponderando que a mesma sociedade que respeitava aquela mulher casada, passava a vê-la depois de divorciada como a que se prostituía, não lhes faltando preconceito por parte de todos com o fim do matrimônio, o que pode ser visto como uma mudança drástica e rápida que as mulheres precisavam gerenciar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do divórcio na sociedade sergipana da década de 1930 revela como essa prática se insere em um contexto de intensos debates sociais, culturais e religiosos, refletindo transformações significativas nas estruturas familiares e nas relações de gênero. Embora a resistência ao divórcio tenha sido marcante, especialmente em um Brasil de forte tradição católica, o tempo demonstrou que a simples proibição não foi suficiente para conter a crise que se configurava dentro da família. O divórcio, mais do que um problema, emergiu como parte de uma solução necessária para a adaptação da sociedade aos novos tempos.

Em Sergipe, essa resistência pode ser observada pela ausência de registros formais de divórcio no Tribunal de Justiça do Estado durante a década de 1930, evidenciando a marginalização ou invisibilidade legal da prática. A análise das representações do divórcio na sociedade sergipana daquela época, tanto nos meios de comunicação quanto nas posições de figuras influentes, revela um cenário repleto de tensões e contradições em torno do papel da mulher, da moralidade familiar e da modernização social. O filme abordado, com o divórcio como tema central, ilustra não apenas as dificuldades conjugais causadas por uma traição masculina, mas também a maneira como a mulher, embora enfrentando o estigma da separação, é retratada de forma a superar o estereótipo vitoriano.

Esse debate também se reflete na atuação de Maria Rita Soares de Andrade, que, na Revista Renovação de 1931, argumenta que a falta de instrução das mulheres é uma das principais causas da infelicidade no casamento. Maria Rita ressalta ainda que a educação feminina e o acesso aos direitos políticos não comprometem o papel tradicional da mulher na família – uma ideia que viria a ser abordada publicamente pela Igreja Católica em Sergipe em 1933, por meio da Liga Eleitoral Católica, que defendia que a participação política feminina não afastaria a mulher de suas obrigações domésticas.

Essas discussões revelam a complexidade das mudanças sociais em Sergipe e no Brasil, onde, apesar da resistência conservadora, começaram a surgir movimentos em defesa da autonomia das mulheres por meio da educação e do direito à participação política. Por meio da análise dos documentos e das representações midiáticas da época, é possível perceber como o divórcio e a emancipação feminina se entrelaçam com as transformações culturais e os novos ideais de gênero, ao mesmo tempo em que refletem as tensões entre o modernismo e as estruturas tradicionais de poder e controle na sociedade.

Para futuras pesquisas, seria interessante explorar a dinâmica de poder nas relações familiares, especialmente aquelas que transcendiam as barreiras do casamento formal. A investigação das relações extraconjugais e a análise das diferentes formas de subordinação e emancipação das mulheres

nas décadas de 1920 e 1930 poderiam aprofundar a compreensão dos processos sociais que moldaram a transição entre as antigas e novas normas familiares, políticas e de gênero no Brasil.

REFERÊNCIAS

A DIVORCIADA. Filme, 1930. Disponível em: <https://www.dailymotion.com/video/x22t0lc>. Acesso em: 16 dez. 2020.

A TRIBUNA. Fundado em 1931, dirigido por Humberto Dantas. Aracaju, 1931-1935.

ANDRADE, M. R. S. Apresentando. **Renovação**. Aracaju: Ano I, n.1. Janeiro de 1931. p. 1.

ANDRADE, M. R. S. **A mulher na literatura**. Aracaju: Casa Ávila editora, 1929. (These de concurso apresentada ao Atheneu Pedro II para concorrer à livre docência da cadeira de literatura).

CARVALHO, M. L. G. C. **A construção de uma discursividade feminista**: a revista renovação na década de 1930. 2008, 173 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Maceió, AL, 2008.

CAPELATO, M. H. R. Multidões em Cena. **Propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

CAPELATO, M. H. R. **Os arautos do liberalismo**: imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989

CAPELATO, M. H. R. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

COTA, C. A. S. **O Discurso sobre o papel das mulheres no âmbito do Programa Mulheres Mil**. 29/09/2017. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituição de Ensino, Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Maceió, AL, 2017.

CRUZ, M. T. J. O.; SILVA, F. R. S. **Alice Ferreira Cardoso**: vestígios da trajetória de vida da primeira bacharel em direito de Sergipe (Brasil – séculos XIX e XX). **Historiae**, Rio Grande, v. 7, n. 1, p. 113-147, 2016.

DANTAS, José Ibarê Costa. **A revolução de 1930 em Sergipe**. Dos tenentes aos coronéis. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2012. 246 p. ISBN: 978-85-7822-327-4

DOSSE, F. **A história em migalhas**: dos “Annales” à Nova História. Tradução Dulce da Silva Ramos; prefácio Elias Thomé Saliba. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

FREITAS, A. G. B. **Educação, trabalho e ação política:** sergipanas no início do século XX. 2003, 289 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2003.

FREITAS, A. G. B. **“Vestidas de azul e branco”:** um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/ NPGED, 2003.

FREITAS, A. G. B. de. Mulheres sergipanas nas primeiras décadas do século XX: educação e inserção social. **Cadernos CERU**, v. 14, p. 177-197, 2003. DOI: 10.11606/issn.2595-2536.v14i0p177-197. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/75314>. Acesso em: 24 fev. 2022.

FREITAS, A. G. B. Propostas de educação feminina veiculadas pela revista renovação, em Sergipe, no início da década de 30. Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas - História, Sociedade e Educação no Brasil. 15 Anos - Transformação do Capitalismo, do Mundo do Trabalho e da Educação, 5., 2001, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo: UNICAMP, 2001. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario5/c_propostas_anamaria%20gon%E7alves.doc. Acesso em: 24 fev. 2022.

JORNAL DE NOTÍCIAS. Fundado em 1930, por Francisco de Araújo Macedo e dirigido por Virgínio de Santana. Aracaju, 1930-1935.

PERROT, M. **Minha história das mulheres.** Tradução de Angela M. S. Côrrea. 2 ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto 2019.

PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. Dossiê História das Mulheres. Tradução de Ricardo Augusto Vieira. **Cadernos Pagu**, v. 4, p. 9-28, 1995.

REVISTA RENOVAÇÃO. Editada por Maria Rita. Aracaju, 1930-1935.

SANTOS, E. S. **No compasso, ligeiro, da pianista Helena Lorenzo Fernandez:** entre práticas pedagógicas, concertos e diplomacia musical brasileira (1931-1985). Orientação de Prof. Dr. Cristiano Ferronato. UNIT: Aracaju, 2020.

SANTOS, Heidy Taiane Rocha. **“Sou hoje a professora de literatura do Atheneu Pedro II”:** Maria Rita Soares de Andrade e a mulher na literatura. Orientação de Prof. Dr. Cristiano de Jesus Ferronato. Aracaju: UNIT, 2023.

SANTOS, T. S. **Escola Normal em Sergipe:** formação e profissionalização feminina (1870-1935). Orientadora: Profa. Me. Maria Izabel Ladeira Silva. 2019. 26 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12062/2/Thais_Souza_Santos.pdf. Acesso em: 3 mar. 2022.

SILVA, E M. **Mulheres, emancipai-vos! um estudo sobre o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta**. 21/08/2014. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Instituição de Ensino, Biblioteca Depositária: Biblioteca Central, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Caruaru, PE, 2014.

SOUZA, M. C. C. C. de. Mulher e divórcio em São Paulo na Primeira República (1890-1930). **Psicologia**, USP, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 37-44, 1992. <https://doi.org/10.1590/S1678-51771992000100004>.

SOUZA, Suely Cristina Silva. **“Habilitado” ou “inabilitado”**: os concursos para professores do ensino secundário em Sergipe (1875-1947). Orientador: Eva Maria Siqueira Alves. 2016. 399 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2016. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_92bc4a4b482fcf97630602ba9339a43a. Acesso em: 29 out. 2021.

1 Doutor em Educação. Líder do grupo de pesquisa História da Educação no Nordeste -GPHEN cadastrado no CNPq. Professor na Universidade Tiradentes (UNIT), atuando nos cursos de Licenciatura em Pedagogia e História e no Programa de Pós-Graduação em Educação.
E-mail: cristianoferonato@gmail.com.

2 Mestre em Educação. Membro do Grupo de Pesquisa de História e Educação do Nordeste (GPHEN). Advogada e professora de História. E-mail: heidy.taiane9@gmail.com.br

Recebido em: 10 de Fevereiro de 2025

Avaliado em: 3 de Abril de 2025

Aceito em: 17 de Maio de 2025



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

Copyright (c) 2025 Revista Interfaces Científicas - Direito



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

